

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº DE 2005

(Do Sr. Carlos Souza)

Solicita a realização de audiência pública para discutir os motivos do retardamento da implantação do processo de reclassificação do Parcelamento Especial - PAES.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os Senhores Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal, Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Tesouro Nacional, e Wagner José Quirici, Diretor Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados -SERPRO, para que apresentem razões de justificativas quanto à demora no processamento da reclassificação do Parcelamento Especial - PAES, de que trata a Lei nº 10.684/03.

JUSTIFICAÇÃO

O Acórdão nº 1.596/2005, do Tribunal de Contas da União, determina que a Receita Federal do Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Serviço Federal de Processamento de Dados, envidem esforços para concluir em sessenta dias o sistema de



B94C13AE00

classificação de receitas que permita a destinação dos recursos do programa "Parcelamento Especial" – PAES, aos Estados, Município e Distrito Federal. Não ultimada a conclusão do referido sistema no prazo estipulado, determina, então, ao Ministério da Fazenda que adote providências para assegurar a destinação por estimativa dos recursos do "Parcelamento Especial" que deveriam compor a base de cálculo dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda no exercício de 2005.

O início dos recolhimentos do PAES remonta ao mês de junho de 2003, sem que tenha havido os devidos repasses aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, evidenciando flagrante prejuízo aos citados entes federados.

A presente proposta de realização de audiência pública destina-se, portanto, a esclarecer os motivos da postergação da transferência de receitas constitucionais e da não conclusão do sistema de classificação de receitas, este último o motivo alegado para a não destinação dos recursos.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado Carlos Souza



B94C13AE00